

Parecer Técnico IEF/NAR UBERLANDIA nº. 152/2025

Belo Horizonte, 31 de julho de 2025.

PARECER ÚNICO					
1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL					
Nome: João Evangelista de Souza			CPF/CNPJ: 107.849.696-04		
Endereço: Rua Vinte e Oito de Setembro, nº 1148 CSv			Bairro: Centro		
Município: Monte Alegre de Minas		UF: MG		CEP: 38475-000	
Telefone: (34) 99147-9310		E-mail: arthur.netto@gmail.com			
O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel? (X) Sim, ir para o item 3 () Não, ir para o item 2					
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL					
Nome:			CPF/CNPJ:		
Endereço:			Bairro:		
Município:		UF:		CEP:	
Telefone:		E-mail:			
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL					
Denominação: Fazenda Babilônia, lugar denominado Vertente do Buriti dos Bentos e Córrego da Onça - 6.307 e 6.566				Área Total (ha): 51,2153	
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): Matrícula 6.307 e 6.566				Município/UF: Monte Alegre de Minas/MG	
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3142809-FC0800468876482F9A6C545684CD209B					
4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA					
Tipo de Intervenção		Quantidade		Unidade	
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas		158		unidades	
5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO					
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)		
			Fuso	X	Y
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	158	un	22 K	726.414,3065	7.908.237,9
6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA					
Uso a ser dado a área		Especificação		Área (ha)	
Agricultura		Área útil		40,2271	
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL					
Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)		
Cerrado	Outros-Corte de Árvores Isoladas		40,2271		
8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO					
Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade		
Lenha floresta nativa	Lenha	62,8866	m³		
Madeira de Floresta Nativa	Madeira	44,0727	m³		
1. HISTÓRICO					
<u>Data de formalização/aceite do processo:</u> 01/07/2025					
<u>Data da vistoria remota:</u> 14/07/2025					
<u>Data de solicitação de informações complementares:</u> 14/07/2025					
<u>Data do recebimento de informações complementares:</u> 30/07/2025					
<u>Data de emissão do parecer técnico:</u> 05/08/2025					

Análise das informações prestadas pelo empreendedor através do uso das ferramentas remotas disponíveis (Google Earth, QGIS, Sicar e Brasil Mais)

2. OBJETIVO

O objetivo da intervenção ambiental requerida é o corte de 158 (cento e cinquenta e oito) árvores isoladas nativas vivas em uma área de 40,2271ha com objetivo de facilitar a mecanização do solo para desenvolvimento de culturas anuais

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

O Sr. João Evangelista de Souza, proprietário da Fazenda Babilônia, lugar denominado Vertente do Buriti dos Bentos e Córrego da Onça - Matrículas nºs 6.307 e 6.566, com área total de 51,2153ha, localizada na zona rural do município de Monte Alegre de Minas/MG, que possui cobertura vegetal nativa de 16,06%. A propriedade está inserida no Bioma Cerrado, com tipologia vegetal de Cerradão e Vereda de acordo com o IDE-Sisema. Coordenadas geográficas UTM 22K 726.414,3065 e 7.908.237,9.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3142809-FC08.0046.8876.482F.9A6C.5456.84CD.209B D

- Área total: 53,5043ha

- Área de reserva legal: 10,7019ha

- Área de preservação permanente: 7,5983ha

- Área de uso antrópico consolidado: 40,2768ha

- Qual a situação da área de reserva legal: 0 ha

(X) A área está preservada: 10,7019 ha

() A área está em recuperação: 0 ha

() A área deverá ser recuperada: 0 ha

- Formalização da reserva legal:

() Proposta no CAR (X) Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento: AV-4-6307

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

(X) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade -

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 03

- Parecer sobre o CAR:

“Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado, correspondem parccom as constatações feitas durante a vistoria técnica remota realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida”.

A Reserva Legal está averbada na matrícula nº AV-4-6307, distribuída em três fragmentos:

- **RL 01** – Área de 6,4275 hectares de cerrado em estágio avançado de regeneração, localizada na própria matrícula;
- **RL 02** – Área de 2,06556 hectares de cerrado em estágio avançado de regeneração, destinada à compensação da matrícula nº 6.566;
- **RL 03** – Área de 1,75 hectares de cerrado nativo, também destinada à compensação da matrícula nº 6.566.

Entretanto, foi possível verificar que houve a ocorrência de intervenção em áreas de Reserva Legal, tanto na área matriz quanto na área compensatória.

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Conforme requerimento apresentado, o empreendedor solicita a autorização para o corte de árvores **158 (cento e cinquenta e oito) árvores isoladas nativa vivas** em uma área de **40,2271ha** com objetivo de viabilizar a mecanização do solo para desenvolvimento de culturas anuais.

As árvores estão situadas em área comum já antropizada em data anterior a 22/7/2008 conforme camada Mapbiomas/Coleção7 disponível no IDE Sisema, assim como o histórico de imagens do imóvel.

A área de intervenção ambiental está inserida no bioma cerrado. O material lenhoso estimado é de 62,8866 m³ de lenha e 44,0727 m³ de madeira que terão como finalidade a utilização dentro da propriedade e incorporação ao solo dos produtos florestais in natura e doação. Dentre as 158 árvores identificadas, há 02 (dois) ipês amarelo (*Tabebuia ochracea*) e 04 (quatro) pequis (*Caryocar brasiliense*), espécies protegidas pelas Leis 9.743/1988 e 10.883 de 1992 respectivamente.

Taxa de Expediente: R\$ 912,12 - 12/05/2025

Taxa Florestal Lenha: R\$ 486,96 - 12/05/2025

Taxa Florestal Madeira: R\$ 2.279,21 - 12/05/2025

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23137393

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

A propriedade encontra-se dentro da área de conservação da biodiversidade é de baixa a média vulnerabilidade natural, segundo análise do IDE. Não está localizada próxima a Unidade de conservação. Está inserida dentro do bioma Cerrado de acordo com a análise do mapa de biomas do IBGE, com tipologia Cerradão e Vereda. De acordo com os estudos apresentados e após a análise técnica não existem restrições ambientais na área de intervenção requerida conforme IDE-SISEMA - <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br>.

- Vulnerabilidade natural: Muito baixa a baixa

- Prioridade para conservação da flora: Muito baixa

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Dentro

- Unidade de conservação: Não

- Áreas indígenas ou quilombolas: Não

- Outras restrições: Não

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo

- Classe do empreendimento: 1

- Critério locacional: 0

- Modalidade de licenciamento: Não Passível

- Número do documento: -

4.3 Vistoria realizada:

A vistoria foi realizada de forma remota em 14/07/2025, utilizando-se ferramentas geo espaciais: Google Earth, QGis 3.34 e IDE-SISEMA, a fim de verificar se as árvores estavam localizadas em áreas protegidas do imóvel rural (Áreas de Preservação Permanente e Áreas de Reserva Legal).

Através dessa análise verificou-se que as árvores que serão suprimidas não se encontram em áreas protegidas. Verificou-se na contagem através da planilha de lista de espécies a ocorrência de espécie protegida por Lei, sendo 02 (dois) ipês amarelo (*Tabebuia ochracea*) e 04 (quatro) pequis (*Caryocar brasiliense*), espécies protegidas que serão suprimidos conforme previsto nas Leis nº 9.743/1988 e nº 20.308/2012. Como forma de compensação ambiental pela supressão dos pequis e ipês, foi apresentado o Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas ([119418744](#)).

4.3.1 Características físicas:

- Topografia: Suave ondulado.

- Solo: LVd1 - : Latossolo Vermelho Distrófico típico.

- Hidrografia: Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, conhecido como córrego da onça.

4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: A área de vegetação nativa está inserida no bioma Cerrado, a classificação da fitofisionomia registra espécies que obtiveram maior valor de importância no inventário, sendo *Qualea grandiflora*, *Bowdichia virgilioides*, *Anadenanthera peregrina*, *Hymenaea longifolia* e *Hymenaea martiana*. Durante o inventário florestal foi registrada a ocorrência de espécies da flora ameaçada de extinção, como *Caryocar brasiliense* e *Tabebuia ochracea*

- Fauna: de acordo com as informações apresentadas no processo, as espécies de animais de ocorrência comum na região são: aves e pequenos mamífero.

5. ANÁLISE TÉCNICA

Através das informações prestadas nos estudos, análise de imagens de satélite e utilização de ferramentas disponíveis no sistema IDE-SISEMA, verificou-se que a presença de **158 (cento e cinquenta e oito) árvores isoladas nativa vivas** em uma área de **40,2271 hectares**.

A intervenção tem como finalidade de viabilizar a mecanização do solo para o desenvolvimento de culturas anuais no imóvel. Ressalta-se que as áreas em questão estão situadas em zona já antropizada

A lista de espécies ([113692763](#)) a ocorrência de espécies protegidas por Lei, sendo 4 (pequi) indivíduos da espécie Caryocar brasiliense - Pequi, 02 (dois) indivíduos da espécie Handroanthus Ochraceus - Ipê Amarelo, essas árvores serão suprimidas de acordo com a legislação.

A Lei 20.308 de 2012 dispõe sobre os casos passíveis de autorização conforme abaixo

Art. 2º A supressão do pequizeiro só será admitida nos seguintes casos:

I – quando necessária à execução de obra, plano, atividade ou projeto de utilidade pública ou de interesse social, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente;

II – em área urbana ou distrito industrial legalmente constituído, mediante autorização do Conselho Municipal de Meio Ambiente ou, na ausência deste, do órgão ambiental estadual competente;

III – em área rural antropizada até 22 de julho de 2008 ou em pousio, quando a manutenção de espécime no local dificultar a implantação de projeto agrossilvipastoril, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente.

A Lei 9.743 de 1988 dispõe sobre os casos passíveis de autorização conforme abaixo:

Art. 2º A supressão do ipê amarelo só será admitida nos seguintes casos:

I - quando necessária à execução de obra, plano, atividade ou projeto de utilidade pública ou de interesse social, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente;

II - em área urbana ou distrito industrial legalmente constituído, mediante autorização do Conselho Municipal de Meio Ambiente ou, na ausência deste, do órgão ambiental estadual competente;

III - em área rural antropizada até 22 de julho de 2008 ou em pousio, quando a manutenção de espécime no local dificultar a implantação de projeto agrossilvipastoril, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente

Levando-se em conta a análise do histórico de imagens de 21 de junho de 2008, que evidencia a antropização da área, bem como a consulta à camada do MapBiomias – Coleção 9, que confirma o uso antrópico consolidado do local, considera-se viável enquadrar a solicitação do empreendedor no inciso III do referido normativo.

Foi apresentado o Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas ([119418744](#)), com o objetivo de compensar a supressão de 04 (quatro) exemplares de Pequi e 02 (dois) exemplares de Ipê-amarelo, conforme descrito abaixo:

- Pelo o corte de 02 (dois) pequis serão compensados 20 (vinte) mudas de Pequís, por meio do plantio na proporção de 1:10. Já para os 02 (dois) pequis restantes, o empreendedor deverá recolher 100 UFEMG por árvore, totalizando assim 200 UFEMG.
- Pelo o corte de 01 (um) ipê-amarelo serão compensados 05 (cinco) mudas de Ipês-amarelos por meio do plantio na proporção 1:5.

Vale ressaltar que o plantio das mudas ocorrerá dentro do próprio imóvel, visando o enriquecimento de uma das áreas de Reserva Legal, sendo distribuídas em uma área de aproximadamente 1,7500 hectares.

O rendimento lenhoso estimado é de 62,8866 m³ de lenha e 44,0727 m³ de madeira os quais serão utilizados na própria propriedade, incorporados ao solo na forma de produtos florestais in natura e/ou destinados à doação.

O projeto é de responsabilidade do Técnico em Meio Ambiente Arthur Alves Neto, Registro nº 05148056681 / CFT2504557889.

Com base na análise das imagens e da documentação apresentada, foi constatada a ocorrência de intervenção em área de Reserva Legal e em parte de Área de Preservação Permanente (APP), sem a devida autorização do órgão ambiental competente. Diante disso, o processo será encaminhado à fiscalização para lavratura do respectivo auto de infração.

Imagem 01: Google Earth Pro



5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Impactos:

1. Diminuição da biodiversidade da flora;
2. Diminuição da presença da avifauna por ausência de abrigo e alimento;
3. Perda de solo por processo erosivo.

Medidas mitigadoras:

1. Fazer os trabalhos de conservação de solo
2. Fazer aceiro no entorno da reserva e APP para evitar queimada
3. Evitar o uso de fogo na propriedade

6. CONTROLE PROCESSUAL

Não se aplica.

7. CONCLUSÃO

Após análise técnica das informações apresentadas e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO TOTAL** do requerimento de corte de **158 (cento e cinquenta e oito) árvores isoladas** em uma área de **40,2271 hectares**, localizada na propriedade Fazenda Babilônia, lugar denominado Vertente do Buriti dos Bentos e Córrego da Onça, matrículas nº 6.307 e 6.566, sendo o material lenhoso estimado em 62,8866 m³ de lenha e 44,0727 m³ de madeira os quais serão utilizados na própria propriedade, incorporados ao solo na forma de produtos florestais in natura e/ou destinados à doação.

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Como medida compensatória pelos os cortes 04 (quatro) indivíduos da espécie *Caryocar brasiliense* - Pequi e 02 (dois) indivíduos da espécie *Handroanthus Ochraceus* - Ipê Amarelo, o empreendedor deverá realizar o plantio conforme discriminado.

- Pelo o corte de 02 (dois) pequis serão compensados 20 (vinte) mudas de Pequís, por meio do plantio na proporção de 1:10. Já para os 02 (dois) pequis restantes, o empreendedor deverá recolher 100 UFEMG por árvore, totalizando assim 200 UFEMG.
- Pelo o corte de 02 (dois) ipês-amarelos serão compensados 10 (dez) mudas de Ipês amarelos por meio do plantio na proporção 1:5

As medidas compensatórias estão de acordo com as normativas da Lei nº 20.308, de 27 de julho de 2012. O plantio das 30(trinta) mudas ocorrerá dentro do próprio imóvel, visando o enriquecimento de uma das áreas de Reserva Legal, sendo distribuídas em uma área de aproximadamente 1,7500 hectares nas seguintes coordenadas, Fuso: 22 - UTM 726097,6364 X e 7908095,7926 Y. O Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas - PRADA terá sua execução e evolução condicionados nesta autorização, conforme preconiza a legislação vigente

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Taxa de Reposição Florestal Lenha: R\$ 3.549,55 - 07/08/2025

Taxa de Reposição Pró-Pequi: R\$ 1.106,20 - 07/08/2025

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

(X) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

(.) Formação de florestas, próprias ou fomentadas

(.) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10. CONDICIONANTES

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Executar o PTRF anexado ao processo com plantio de 20 mudas de pequi e 10 de ipê amarelo como medida compensatória nos termos da Lei 10.883/1992 e Lei 9.743 de 1988. Coordenadas UTM de referência 726097,6364 X e 7908095,7926 Y (22K, Sirgas 2000)	Plantio deve ocorrer no primeiro período chuvoso após a emissão do ato autorizativo
2	Apresentar relatórios anuais com anexos fotográficos do desenvolvimento do PTRF e replantios que forem necessários pelo período de 5 anos nos termos da Lei 10.883/1992, artigo 2º, § 4º e Lei 9.743 de 1988, artigo 2º, § 3º. Primeiro relatório deve ser apresentado 6 meses após a implantação do PTRF que deve ocorrer no primeiro período chuvoso após a emissão do ato autorizativo	Anualmente por 5 anos

** Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: **Patrícia Fernandes Tavares Pacheco**

MASP: **1.578.225-3**



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Fernandes Tavares Pacheco**, Gerente, em 14/08/2025, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **119418744** e o código CRC **E6565D60**.